



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 06443/2021

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, sob demanda, de GÁS GLP A GRANEL- CILINDRO DE 190 KG, para atender às necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 12 meses, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas na Requisição que segue nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. Requisitante: Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro.

1.3. Fundamentação Legal: Pregão Eletrônico via registro de preços, com base na Lei nº 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c Decreto Municipal nº 599/2020.

1.4. Período: 12 meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

1.5. Tipo: Menor preço unitario, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

1.6. Caso haja DIVERGÊNCIA entre o descritivo dos itens no edital licitatório e no portal COMPRASNET do governo federal, PREVALECERÁ O DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL LICITATÓRIO.

2. DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	CAT MAT	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QUANT.
1	461651	Gás GLP a Granel	Kg	16.380
OBS: A empresa contratada deverá fornecer 03 cilindros de 190 Kg, em regime de comodato.				

2.2. O quantitativo dos itens a serem adquiridos e sua provável utilização foram baseadas na requisição da Unidade, bem como na justificativa em anexo fls. 25/26.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

3.2. A presente proposição para aquisição de Gás GLP a Granel se justifica, pois tais produtos são indispensáveis para o bom funcionamento e manutenção das atividades da Unidade Requisitante, visa atender os servidores, colaboradores e usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Nova Friburgo.

3.3. A aquisição de Gás GLP a Granel se justifica, pois o produto é imprescindível para o preparo das refeições dos funcionários, pacientes e acompanhantes do referido nosocômio, considerando a possibilidade de retorno próximo do funcionamento da cozinha após a conclusão da obra bem como o da lavanderia que encontra-se em processo de reforma.

3.4. Tal aquisição irá suprir a demanda do município de Nova Friburgo pelo período de 12 meses e se dará pelo Sistema de Registro de Preços.

3.5. Considerando que para alcançar o melhor resultado dentro das limitações elencadas, foram também pesquisados em atas de Registro de preços constantes no último processo licitatório nº 09601/2019, em anexo.

3.6. Assim, a Equipe Técnica, em conjunto com os responsáveis pela especialidade, alcançou o quantitativo e itens ora apresentados, sendo este calculado de acordo com os levantamentos apontados em número de procedimentos.

4. ESTIMATIVAS DE CONSUMO E LOCAIS DE ENTREGA

4.1. A Contratada deverá atender a todas as ordens de fornecimento expedidas pela Unidade Requisitante, observando o consumo estimado para 12 meses.

4.2. O item solicitado deverá ser entregue no próprio nosocômio, localizado na TRAVESSA ANTÔNIO FERNANDES, Nº12 - CENTRO - NOVA FRIBURGO/RJ, de acordo com suas solicitações, nos horários de segunda-feira a sexta-feira, das 09h: 00min às 16h: 00min.

5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. A Unidade Requisitante entrará em contato diretamente com a Contratada para que esta realize a entrega do produto, conforme a demanda, com prazo de entrega não superior a 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento contratual, se for o caso.

5.2. A entrega deverá ser realizada nos horários e locais descritos no subitem 4.2 deste Termo de Referência.

5.3. A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento do objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.



5.4. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob-responsabilidade da Contratada o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição, às suas próprias custas, para correção de falhas, visando à apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5.5. A contratada ficará sujeita as seguintes condições:

5.5.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

5.5.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

5.5.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1. Conforme especificado na Requisição de fls. 03, bem como no item 2.1 do presente Termo de Referência, a empresa Contratada deverá fornecer, em regime de comodato, no mínimo, 03 unidades de cilindro de 190 Kg para a Unidade Requisitante, todos fabricados de acordo com as normas técnicas previstas na ABNT NBR 8460.

6.2. A empresa fica ciente de que o quantitativo de cilindros informados acima é o mínimo necessário, podendo, no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços, em razão do acréscimo da demanda, haver o aumento deste quantitativo.

6.3. A Contratada fornecerá ainda todas as tubulações, mangueiras, conexões e outros materiais necessários à instalação do sistema de gás, mão de obra para instalação, bem como manutenção periódica (tanques, tubulações, válvulas, registros etc).

6.4. A manutenção periódica (mão de obra, peças ou qualquer outra que seja necessária) do sistema de gás será de inteira responsabilidade da empresa Contratada, bem como a retirada dos cilindros após o término da vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5. A retirada prevista no subitem anterior deverá ocorrer somente após esvaziamento dos cilindros e não implicará em qualquer tipo de ônus para a Contratante.

6.6. Nenhum bem ou material da Contratada será removido ou transferido do seu local sem o consentimento formal da Contratante.

6.7. Os cilindros fornecidos em comodato deverão permanecer devidamente instalados até que o quantitativo do material licitado seja esgotado.

6.8. Mesmo após o término da vigência da Ata de Registro de Preços, os cilindros fornecidos em comodato deverão permanecer devidamente instalados nas Unidades Requisitantes até que a nova empresa contratada proceda à substituição.

6.9. O fornecimento será efetuado conforme conveniência e necessidade a serem determinados pela Unidade Requisitante, com prazo de entrega não superior a 15 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento contratual, se for o caso.

6.10. O prazo de validade dos produtos, na data de entrega, não poderá ser inferior a 12 meses,

ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante, o que for maior.

6.11. Quando aplicável, os materiais deverão possuir o adequado registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

6.12. A Contratada ficará sujeita as seguintes condições:

6.12.1. Entregar os produtos contendo, em sua embalagem, a data de fabricação, validade e/ou vida útil;

6.12.2. Seguir programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a serem entregues;

6.12.3. Comprometer-se a dar total garantia quanto à qualidade dos materiais fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

7. DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

7.1. A Contratada deverá seguir o procedimento recomendado pela norma técnica brasileira ABNT NBR 14024:2006.

7.2. Visando evitar a interrupção do serviço devido a qualquer fato superveniente que, porventura, venha a ocorrer, a Contratada manterá, na Unidade Requisitante, instalações de baterias de segurança compostas por cilindros de gás GLP.

7.3. Tais baterias deverão ser constituídas por uma ou mais botijas de P45, interligadas entre si, e fornecerão gás como combustível necessário para a adequada manutenção das atividades das Unidades Requisitantes.

7.4. As baterias serão dimensionadas com botijas que atendam a capacidade de vazão, de acordo com o consumo dos equipamentos.

7.5. O gás e os cilindros que irão compor as baterias não serão de responsabilidade da Contratada, haja vista a tramitação de procedimento próprio para o fornecimento de gás GLP em botija. A esta caberá apenas a instalação e manutenção destas baterias, sem qualquer ônus à Administração Pública.

7.6. O número de botijas será definido após a avaliação técnica da Contratada, que dimensionará corretamente as baterias de gás, verificando o consumo, por hora, de TODOS os equipamentos.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

8.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

9. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

9.1. Os bens serão recebidos:

91.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

91.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas. Sua consequente aceitação se dará em até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento provisório.

92. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objeto previsto no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descrito:

10.1.1. Elemento de despesa – 33.90.30-23

10.1.2. Fonte de recurso 007 – SUS

10.2. Quanto ao Programa de Trabalho, será utilizado de acordo com a especificação a seguir:

10.2.1. Hospital Maternidade de Nova Friburgo: 30001.1030200702.189;

10.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79- AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

11. DA LIQUIDAÇÃO

11.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019 e decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o decreto nº 258 de 27 de Setembro de 2018 e decreto nº 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

12.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

12.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

12.1.3. FGTS;

12.1.4. PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;

12.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;

12.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS.

12.12. A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

12.13. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

13. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

13.1. Não poderão participar do procedimento as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública; As empresas em que estiverem Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial, conforme art. 58 da Lei 11101/2015;

13.2. Não poderão participar os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

13.3. A participação do representante legal da empresa far-se à por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Caberá à Contratante:

14.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

14.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

14.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

14.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

14.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

15.2. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscal citadas nos subitens 12.1.

15.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

15.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

15.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

15.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.

15.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

15.8. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 02 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.10. Acar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

16. MEDIDAS ACAUTELADORAS



16.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que seja observada por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

19.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surjam no curso da aquisição, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

19.2. Para acompanhamento e fiscalização da entrega dos presentes materiais, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

SERVIDOR	MATRÍCULA	DESIGNAÇÃO
Fernanda Medeiros Rodrigues	468.036	Gestora Titular
Céres Lourenço Teixeira	062.195	Gestora Substituta
	MATRICULA	DESIGNAÇÃO
Adriane de Jesus Schenquel	299.287	Superior Imediato
João Batista Bezerra	299.173	Fiscal Titular
Marcos Alexandre da Silva Cruz	115027	Fiscal Substituto

19.3. O fiscal do contato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do material, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

19.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da entrega do material.

19.5. A verificação da adequada entrega deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.



19.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

20. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

20.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos de cada unidade requisitante, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

21.2. Comete infração administrativa:

- 21.2.1. Apresentar documentação falsa;
- 21.2.2. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.2.3. Ensejar o retardamento da entrega do presente objeto;
- 21.2.4. Não manter a proposta;
- 21.2.5. Cometer fraude fiscal;
- 21.2.6. Comportar-se de modo inidôneo;

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. Com fulcro nos artigos 86 e 87 da Lei 8666/93, a Administração Pública poderá garantir a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, as seguintes sanções:

- 21.4.1. Advertência;
- 21.4.2. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.4.3. Impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

21.6. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

21.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22. DA RESCISÃO

22.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

22.2. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couberem, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Fernanda Medeiros Rodrigues
Gestão de Processos e Contratos
Matrícula 468.036

Ratifico o presente termo de referência, nos termos do art. 6º, inciso III da lei federal Nº 8.666/93 em analogia ao art.7º, § 2º, inciso I da lei federal Nº 8.666/93, bem como autorizo ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.

Nova Friburgo-RJ, 24 de Agosto de 2021.

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária Municipal de Saúde



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A
D E S A Ú D E

Processo nº 6443 /2021

Folha nº

Rubrica: _____

Matrícula 106.137